

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sSPORTELLA@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação	xi
--------------------	----

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização	3
<i>Luciano Lourenço</i>	
La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción	45
<i>Virginia García-Acosta</i>	
Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas	57
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa	79
<i>Norma Valencio</i>	

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade <i>versus</i> reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres	123
<i>Dora Vargas</i>	
O ato de habitar a partir de um programa habitacional1	141
<i>Juliana Nazareno Mendes</i>	
Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé	161
<i>Arthur Soffiati</i>	
A liberdade se equipara à vida	187
<i>Sergio Portella</i>	
Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia	205
<i>Marco Antonio Sampaio Malagoli</i>	

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



Memória social: fragmentos de um desastre

Juliana Sartori

Introdução

A lembrança é uma arte, na qual o idoso é o grande protagonista. Ele tem o dom de acessar acontecimentos do passado com sua riqueza de detalhes e consegue expressar claramente a experiência vivida. Tanto que Eclea Bosi (1979) destaca que a função social do velho consiste em lembrar.

A lembrança do idoso fornece-nos elementos para a compreensão do mundo social e é de suma relevância para a perpetuação da memória do grupo.

As crises no corpo social, que intitulamos como desastre, promovem perturbação na rotina e no modo de vida e persistem na lembrança de quem o vivencia. E os idosos são fonte para compreensão das dimensões materiais e imateriais dessa crise.

Inicialmente, vamos definir a concepção de desastre que direciona nosso olhar sobre essa crise, que está vinculada à linha de pesquisa da Sociologia dos Desastres. Essa visão destaca que há complexidade no tema dos desastres, pois estes consistem na relação de diversos processos e eventos – sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos e tecnológicos (OLIVER-SMITH, 1998).

Para Oliver-Smith, uma definição e uma abordagem adequadas nos estudos sobre os desastres devem abranger a multidimensionalidade que os caracteriza. Essa multidimensionalidade se configura como expressão de sistemas físicos, biológicos e sociais que se expressam na interação entre populações, grupos, instituições e práticas (OLIVER-SMITH, 1998).

Como pioneira nos estudos da Sociologia dos Desastres no Brasil, Valencio (2012) pontua que, para compreender a complexidade das crises simultâneas – crise aguda, crise crônica e crise civilizacional – que ocorrem na esfera social, é preciso ter em conta que o desastre não é a manifestação de um fenômeno natural, pois é essencial “capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura social e histórica mais abrangente” (VALENCIO, 2012, p. 15).

Os indivíduos que vivenciam um desastre perdem suas referências, já que os objetos com os quais o grupo se identifica foram deteriorados. Desse modo, a rotina se desfaz, e a desorientação no mundo vivido envol-

ve não só a ação, mas também a incerteza, que se manifesta no plano simbólico.

O conceito de memória social é de suma importância para o estudo dos desastres, pois um evento tão desaglutinador sempre volta à lembrança. A memória social é uma ferramenta metodológica quando se deseja exemplificar a complexidade do processo de vivência dos desastres.

A fim de relatar a relevância da memória social para compreensão dos desastres, descreveremos o desastre ocorrido em São Luiz do Paraitinga (SP), em janeiro de 2010. O protagonista da nossa análise é o idoso, guardião da memória social do grupo (VALENCIO et al., 2006).

O idoso e a função social da lembrança

Nas últimas décadas, no mundo, a proporção de pessoas idosas no país aumentou, assim como a ocorrência de desastres. Os idosos se caracterizam, em termos biopsicossociais, como os mais vulneráveis a esses eventos, com maior probabilidade de risco a óbito e adoecimento durante e após o impacto dos desastres (TONER et. al., 2010; OTANI, 2010).

No debate atual, ser idoso está ancorado em critérios cronológico, biológico, social, intelectual, econômico e funcional. Porém, o critério mais utilizado é o cronológico, mesmo não sendo o mais preciso (PASCHOAL, 1996 apud PAVARINI et. al., 2000).¹ No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso, é considerado idoso o indivíduo com idade igual ou maior que sessenta anos (BRASIL, 2003). “A manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo de vida” (BOURDIEU, 1983 apud DEBERT, 1994, p. 11).²

A importância de estudar esse grupo social no contexto de desastre não está somente relacionada com o processo de vulnerabilização que o idoso vivencia em suas relações cotidianas, mas também com o repertório de experiências e de memória do grupo social que esse grupo transmite ao longo das gerações.

A proposta de mergulhar no mundo do idoso em contexto de desastre dá-nos nova perspectiva sociológica, a qual, contudo, tem seguido à margem da história e das visões oficiais sobre o desastre.

1. PASCHOAL, S. M. P. Autonomia e independência. In: PAPALÉO NETTO, M. (Org.). *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 313-323.

2. BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

A resistência acontece no lugar, ou seja, na dimensão local (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). E é na dimensão local que os sujeitos sociais estabelecem relações no meio ambiente, que se realizam por meio da construção simbólica, social e material, que não acontece de forma homogênea. Assim, a defesa do lugar está vinculada à defesa do enraizamento e da memória.

Memória social

A lembrança constitui a função social do velho (BOSI, 1979). Assim, a memória:

se inscreve e se constrói no cotidiano. Ao mesmo tempo que apreendemos a memória através do imaginário, do senso comum, construímos memórias através de nossas relações cotidianas que se perpetuam nos gestos, sentimentos e atitudes (MARTINS, 2008, p. 129).

A memória sofre flutuações, sendo um fenômeno construído (POLLAK, 1992). Essas flutuações se constituem no momento em que memória é articulada e expressa. As preocupações do momento influenciam o processo de lembrar, uma vez que a memória parte do presente e consiste na constante representação do passado (POLLAK, 1992; BOSI, 2003).

Bosi (1979) propõe fazer uma análise sobre a memória a partir da relação fronteiriça entre o modo de ser do indivíduo e de sua cultura. Ela sugere compreender, portanto, o que foi lembrado por cada idoso e o que foi escolhido por ele para se perpetuar na história de sua vida.

Dessa forma, a autora pretende valorizar a vida que se desagrega, pois colher memória dos velhos é humanizar sua trajetória de vida. A memória dos velhos nos serve como mediação entre nossa geração e as testemunhas do passado. E serve como intermediário informal da cultura (BOSI, 2003).

A importância da memória oral se dá pelo fato de esta se comportar como um instrumento para a construção do quadro que compõe o cotidiano (IDEM). A autora mostra a importância dos estudos sobre a memória social para complementar os estudos históricos, que são amparados somente nas pesquisas documentais. Por mais que a memória oral não se constitua enquanto uma teoria histórica, e nem tenha essa pretensão, de acordo com Bosi, ela ilustra o que poderia se chamar de história das sensibilidades.

A riqueza que caracteriza a memória oral está vinculada com o fato de que ela permite romper com a unilateralidade existente nas instituições e faz surgir diferentes visões e pontos de vistas, nem sempre contraditórios, mas distintos entre si, que mostram a diversidade contida na História.

A memória oral também é constituída de desvios, preconceitos e inautenticidade (BOSI, 2003). A importância em interpretar a diversidade dos relatos seria a de extrair deles uma visão de mundo.

A narrativa revela a complexidade dos acontecimentos e como a memória segue carregada de representações ideológicas sobre determinado fato. Por meio da narrativa é possível encontrar uma articulação da História com a vida cotidiana (IDEM). O idoso se ampara nas experiências e vivências do passado, mas também vive imerso na cotidianidade, no presente, no qual esse passado é sempre reelaborado.

Ao longo de uma história comum e dinâmica, “a memória, no entanto, não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada” (GODÓI, 1999, p. 147). Ao relatarmos nossa história de vida, o que nos conduz são os laços estabelecidos entre os acontecimentos-chave – que aparecem de forma mais sólida e estereotipada – e a tentativa de estabelecer uma organização das lembranças de acordo com uma ordem cronológica (POLLAK, 1989).

Sendo assim, por meio desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de organização de uma coerência e de continuidade de sua própria história (IDEM, p. 13).

Assim, o que permanece na memória dos idosos com relação ao desastre vivenciado vincula-se à atribuição de sentido que perpassa a identidade individual e do grupo, que, de certa forma, se interrompe e se desfaz (IDEM). Para compreender essas particularidades do mundo simbólico, adentraremos no que Pollak (1989) nomeia como memórias subterrâneas, que consistem nas memórias que estão à margem da memória dita oficial.

A história oral surge, então, como uma alternativa importante de valorização das memórias subterrâneas. Assim, a importância de trabalhar com memórias é que “o relato oral transforma objetos de estudo em sujeitos” (ALMEIDA, 2001, p. 62).

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2008, p.12).

A memória social dos luizenses

O município de São Luiz do Paraitinga, situado na região do Vale do Paraíba, possui 10.137 habitantes (IBGE, 2010). A proporção de idosos com 60 anos ou mais no município, em 2000, era de 12,09%, passando para 15,37% em 2010 – majoritariamente (15,1%) em área urbana –, valor acima do percentil nacional de 12,1% (IBGE, 2011).

Sua história é marcada pela recorrência de desastres relacionados com a água, especificamente, enxurradas ou inundações bruscas. No ano de 2010, o referido município sofreu as consequências da inundação do rio Paraitinga, no que foi considerado o maior desastre da história do município, que deixou milhares de pessoas desabrigadas e desalojadas.

O desastre no ano de 2010 foi decretado pelo município e reconhecido pelo ente federal como Estado de Calamidade Pública (ECP), em virtude das enxurradas ou inundações bruscas. O documento de Avaliação de Danos (AVADAN) considerou que o desastre foi ocasionado pelo elevado nível de chuvas, cerca de 600 mm no mês de dezembro de 2009. Só no dia 1º de janeiro de 2010, choveu aproximadamente 69,9 mm, o que suscitou a inundação do rio Paraitinga – 11 metros acima de seu nível regular – e a do rio Chapéu – 6 metros acima do nível normal – e levou a diversos deslizamentos de terra (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010). Os principais bairros afetados pela inundação foram: Verdeperto, Benfica, Várzea dos Passarinhos, Marina Lobo e o Centro Histórico do município.

Com relação aos danos humanos, o número total de afetados pela inundação foi de 11.000 pessoas, das quais 4.030 ficaram desalojadas, 93 desabrigadas e 16 foram deslocadas. Dentre os afetados, 1.172 pessoas eram idosas, o que corresponde a 10,65% do total, e, destas, 508 ficaram desalojadas, 8, desabrigadas e 16 foram deslocadas (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010). Os idosos caracterizam-se como grupo em processo de vulnerabilização, quando comparados aos demais afetados, portanto, é relevante compreender o que permanece na vida desses idosos, que, além de números, são vidas esfaceladas em meio às perdas materiais e imateriais.

Os relatos dos idosos dão conta de que o desastre aconteceu na passagem de 31 de dezembro de 2009 para 1º janeiro de 2010. Como era final de ano, a população estava em festa. As pessoas estavam reunidas na praça do coreto, que fica no centro histórico do município. Chovia bastante durante aquela noite, do mesmo modo que choveu ao longo do mês de dezembro. As águas do rio Paraitinga, que corta o município, subiram 11 metros acima do leito regular, inundando grande parte do município. As pessoas relataram que, apesar de estarem acostumados a lidar com a enchente, nunca viram tanta água. A água:

ficou quatro dias aqui na cidade [...] Aí a água foi a baixando aos poucos, quando foi baixando, a gente não tinha mais a igreja, e nem a Capela das Mercês, e o Casarão, nem a escola aqui (Entrevistado A, zona rural, julho de 2012).

O relato do entrevistado A retoma os momentos cruciais da vivência do desastre em São Luiz do Paraitinga. Ele resgata as festividades do final de ano, que é importante no sentido de verificar que, em primeiro lugar, enquanto a cidade estava em festa, as pessoas tinham grande quantidade de comida para compartilhar com os amigos e familiares, e tudo isso foi perdido; e em segundo lugar, a enchente começou durante a madrugada, logo após as festividades, então, todos estavam dormindo, despreocupados, quando foram surpreendidos com a água dentro de suas casas. As pessoas achavam que essa enchente era como as demais, então, subiram seus pertences, à espera do nível da água diminuir. Porém, essa inundação superou os cálculos dos munícipes, que baseavam-se em suas experiências anteriores.

Os luizenses, além de terem de lidar com o sofrimento pessoal, familiar e comunitário em torno da perda de grande parte de seus pertences – como a perda da casa, de móveis, de roupas, de utensílios domésticos e do comércio em geral –, ainda precisaram encarar o sofrimento relacionado com a perda súbita de parte significativa do patrimônio histórico e cultural local, com a destruição da Igreja Matriz, da Capela das Mercês, dos antigos casarões e da escola municipal, que se situavam na região central da área urbana. A perda do patrimônio cultural da cidade afetou brusca-mente o ritmo da vida comunitária, organizado a partir de suas rotinas estabelecidas no lugar.

No momento da inundação, as pessoas sentiram muito a queda da Igreja Matriz e, de acordo com Campos (2011),

muitas pessoas que ficaram desalojadas, saindo apenas com a roupa que estavam usando, lamentavam mais a queda do templo do que a perda de suas casas e de seus bens. Sua reconstrução ficou, no imaginário dos moradores, como um sinal da reconstrução da cidade e de suas vidas (CAMPOS, 2011, p. 50).

A importância destacada por Campos – a da reconstrução da igreja na vida dos munícipes – está relacionada com o sentimento dos idosos ao descreverem o momento da queda da igreja:

Eu fui lá, quando eu vi caindo, deu um negócio tão ruim, que eu não ia ficar vendo essas coisa não, foi caindo, caiu a torre. Passa aquela imagem, reprise o tempo todo. Eu tava lá perto e fui embora, não aguentava ver aquilo. Depois foi as paredes, a igreja tão bonita (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

Esse sentimento, descrito por grande parte dos moradores com relação à perda da igreja, se dá pela importância que ela tinha na reprodução do modo de vida local. A reprodução do modo de vida se concretizava por meio das práticas simbólicas ritualizadas, que estavam fortemente ligadas à religiosidade. Quando o idoso B fala “não aguentei ver aquilo” ou o idoso L destaca “a gente estava sentindo aquilo, e a gente não queria nem olhar”, isso mostra a importância e como a queda da igreja marcou fortemente o processo de desritualização (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007).

A igreja representava uma estrutura simbólica com significado para a comunidade. Os sofrimentos em torno dessa perda foram observados no comportamento, nas ações ritualizadas ligadas à igreja e nos relatos dos idosos. A mudança do *habitus* em torno das práticas religiosas foi algo entristecedor para os idosos em São Luiz do Paraitinga, visto que a organização desse espaço para o exercício das práticas rituais, em torno da religião, é fundamental para a sociabilidade cotidiana luizense.

Os idosos diziam ter muito medo de morrer antes de ver a igreja pronta. Uma idosa desabafou: “Se a igreja caiu faz mais de 3 anos, e não acabou... É muito devagar [...] falaram que vai demorar 7 anos pra fazer, eu não sei se vivo pra ver, que eu já estou com quase 70 anos” (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

A Igreja Matriz é, muito presente na sociabilidade dos munícipes, ela não está apenas fora como um elemento do espaço, ela está simbolicamente dentro como elemento organizativo da vida. Daí se entende por que mui-

tos munícipes ainda escutavam a badalada do sino ou, ao passarem em frente à igreja, olhavam automaticamente para o relógio, para então se depararem com o que restou da construção. Logo após a inundação, o sino da igreja foi recolocado em frente à Igreja em reconstrução e, diariamente, o sino era tocado, como sempre acontecia.

A vida religiosa marca a cultura e a história luizense (CAMPOS, 2011). A perda súbita e inesperada dos principais estabelecimentos religiosos da comunidade gerou grande sofrimento para os munícipes, visto que 84,6% da população é católica. Vale ressaltar que a vida comunitária era fortemente influenciada pelas atividades religiosas no município, no qual o calendário anual é marcado por diversas festividades, sendo as principais delas: Festas dos Reis, Domingo de Ramos, Semana Santa, Festa do Divino Espírito Santo, Corpus Christi, Festa do Padroeiro São Luís de Tolosa e Festa de Nossa Senhora das Mercês. Grande parte dessas festividades é celebrada durante vários dias, tanto que o entrevistado A brincou ao dizer que faltam dias no ano para a quantidade de festas que são realizadas no município de São Luiz do Paraitinga.

O sentimento dos munícipes com relação à reinauguração da Igreja Matriz, passados quatro anos e cinco meses do dia do desastre, era de muita ansiedade e emoção. A Igreja deveria ter sido reinaugurada em 8 de maio de 2014, dia em que a cidade completava 245 anos, porém, foi oficialmente reinaugurada oito dias depois, em 16 de maio. As festividades relacionadas ao evento ocorreram de 16 a 18 de maio de 2014. A reinauguração da Igreja Matriz, momento muito esperado pelos munícipes, foi marcada por grandes emoções e movimentações na cidade. Vale ressaltar que este estudo não analisou a memória social dos idosos após a inauguração da Igreja Matriz, São Luiz de Tolosa, uma vez que a última inserção em campo foi realizada em janeiro de 2014.

O sentimento coletivo de tristeza foi um elemento que apareceu constantemente nos relatos, que se manifestaram por meio da mudança das interações estabelecidas no território. Nesse sentido, o que o grupo identifica como essencial para classificar as agruras vivenciadas no cotidiano nos é fonte de conhecimento e é essencial para pensar o contexto de crise no qual os desastres se configuram. Porém, o que podemos afirmar, por meio da análise de cunho sociológico, é que os sentimentos permanecem na vivência dos idosos nos desastres e, como destaca um deles, “a pessoa fica com aquilo, né?” (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos). É o medo da vida rotineira, que segue ameaçada, com a possibilidade da ocorrência de um novo desastre:

Enchente é só pra quem passa e sente, eu sinto. Eu vejo agora na televisão, e a gente já sentiu na pele, e volta aquela realidade, você tá dentro da casa e a água vindo, como que vai e volta, vem tudo de novo, rapidinho (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos, março de 2013, *grifo nosso*).

Foi muito feio, terrível, só pra quem passou. [...] Tem dia que eu choro aqui, de medo de acontecer comigo aqui o que tá acontecendo lá. Nosso fim vai ser acabá daquele jeito, quando rio enche eu já fico com medo, mas acho que não dá mais, né? [...] Todo ano que passa, vai chegando novembro, dezembro, a gente já vai ficando perturbada. Eu fico mesmo, perco o sono, a água já chegou no bequinho esse ano [...]. Quando enche o rio, já fica aquele zumbido na minha cabeça, a turma já fica gritando na rua, porque ninguém dorme de medo e a gente também não dorme, fica todo mundo pra rua olhando o rio, não tem perigo, mas faz isso (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

Muito sentimento, muita perda, sabe? Não sei explicá o vazio. Também já perdi um casal de filho, eu não tenho sonho, um vazio, não sei o que te falar, um negócio de cabeça que vira a gente, sozinha, sem os filho que são casados, tem que ficá sozinha, já faz 3 anos que ele namora uma menina só, a primeira que surgiu, ele puxo o resto da família, foi criado desde novinho (Entrevistada O, Ver de Perto, março de 2013).

A idosa J, ao relatar sobre o desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, se emociona. Também, ao ver as notícias na televisão, de certo modo, ela revive sua traumática experiência em São Luiz do Paraitinga. As dimensões do mundo vivenciado, da vida cotidiana, são decifradas quando esta se desorganiza. O cotidiano que passa despercebido com a reprodução do *habitus* se declara como fonte norteadora de múltiplas realidades sociais.

Eu não queria nem olhar no espelho pra ver o que ia acontecer comigo, de tanto sofrimento... (Entrevistada P, Centro, março de 2013).

Olhar no espelho fez com que a idosa P, de certo modo, entrasse em contato consigo mesma e com a vida cotidiana que se perturbou. As lembranças do desastre vivenciado em São Luiz do Paraitinga se refletem também nos sonhos dos idosos:

Sonhei muitas vezes, agora já não tenho sonhado mais. Eu sonho, uma vez por semana, às vezes seguida, que a enchente vem vindo, e eu tô dentro dela, às vezes é água suja, às vezes é água preta... [...] Sonho, sonho, e eu tive um sonho antes da igreja, que eu saí daqui da capela, en-

contrei com água nesse pedaço de rua, depois aconteceu. [...] Eu sonho sempre, às vezes 2 ou 3 vezes por semana, a água vem vindo e eu tô nela, eu não posso entrá na cidade que a ponte tá cheia de água. (Entrevistada P, Centro, março de 2013).

Eu não durmo de noite. Eu sonho que eu tô caindo na água (...), que a água está me pegando na cama, que eu tô caindo no meio da água (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

Os idosos tiveram certo receio em descrever os sonhos relacionados com a enchente em São Luiz do Paraitinga em 2010, O acesso a algo tão íntimo gerou um inicial desconforto. Porém, percebemos que os idosos descreviam sonhos semelhantes com as enchentes, sempre havia o relato do sentimento de desespero com a água entrando na casa. Como se, de algum modo, revivessem a enchente de 2010 e isso expressasse o medo de perder tudo novamente. Dessa forma, o sonho consiste na expressão íntima do ser, porém, “a gestação do conceito de sonho se determina pela mediação das experiências sociais concretas do vivido” (MARTINS, 2000, p. 69). Para o autor, a casa aparece no sonho

como cenário de uma vida rotineira ameaçada – pelos temores oriundos diretamente da vida cotidiana (a vida cotidiana como sociabilidade, tempo e realidade da ameaça e do medo); pelo estranhamento, o estranho e desconhecido com quem se convive lado a lado sem poder identificá-lo; pela suspeita, pela incerteza (IDEM, p. 81).

Apontamentos e comparações

Nesta parte do capítulo, pretendemos mostrar as diferentes perspectivas da memória social, por meio da comparação do comportamento no ato de lembrar dos idosos de São Luiz do Paraitinga e daqueles de São Caetano do Sul (SP).

Em 2010, foi realizada uma pesquisa, no município de São Caetano do Sul, a respeito da memória social de idosos sobre os raios (SARTORI, 2012). Nesse estudo concluiu-se que os raios se caracterizam enquanto desastres pulverizados, e a memória dos idosos sobre esse fenômeno físico é marcado pela interface entre o mundo sagrado e o profano. Também, seus medos eram desvalorizados ao longo das entrevistas, pois acreditavam que aquelas crendices tinham de ser superadas, por mais que não fossem.

O comportamento da memória dos idosos, ao longo das entrevistas realizadas em São Caetano do Sul, era de caráter mais flutuante. Apesar do medo das grandes tempestades, visto que São Caetano do Sul tem gran-

des incidências de raios, a lembrança dos idosos se direcionava a outras experiências do passado. Experiências relacionadas com o trabalho, a família e a vida cotidiana, de modo geral.

Como Bosi (1979) pontua, a memória se torna mais viva enquanto o corpo se desagrega. Isso foi notório no processo de relembrar dos idosos de São Caetano do Sul, que, apesar de trazerem diversos elementos sobre os medos e experiências que possuem diante dos raios, também trouxeram peculiaridades do seu modo de vida e suas experiências do passado.

No trabalho de campo realizado em São Luiz do Paraitinga, porém, os idosos não falavam de outros acontecimentos do passado ao longo das entrevistas, pois o vínculo com aquela experiência era muito intenso e suas lembranças não poderiam migrar para outros acontecimentos do passado. Vale destacar que os idosos luizenses detalhavam suas experiências traumáticas e, às vezes, não queriam adentrar nas dimensões materiais e subjetivas de seus sofrimentos.

Considerações finais

No presente capítulo pretendeu-se analisar a relevância da memória social como ferramenta importante para a compreensão dos desastres.

A memória social está vinculada ao contexto individual e social e não é algo estático. A memória sofre flutuações e, constantemente, as representações do passado são ressignificadas.

O desastre possui diversas facetas que relacionam processos sociais e históricos que estão territorialmente circunscritos (LAVELL, 1993). Por isso, as experiências de cada grupo social em torno desse acontecimento são únicas e se modificam de acordo com o tempo social.

A reconstrução da vida dos idosos luizenses, que vivenciaram o desastre no ano de 2010, se constitui como um processo social. Suas lembranças seguem marcadas pela perturbação brusca que o desastre causou em suas vidas. Sendo assim, o desastre não termina para esse grupo, pois as representações em torno desse acontecimento trágico são constantemente reelaboradas.

Por meio da voz engasgada, dos olhares e dos gestos, percebemos que o processo de relembrar o passado traz, de alguma forma, os sentimentos do que foi vivenciado nos desastres. Por fim, vale ressaltar que relembrar significa reviver a enchente e adentrar novamente no sofrimento partilhado social e individualmente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. C. **Memórias do rio do Monjolinho**: o processo de urbanização e os impactos sobre os recursos hídricos. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 1. ed. 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAMPOS, J. T. **A imperial São Luiz do Paraitinga**: história, educação e cultura. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Antropologia e velhice**: textos didáticos, n. 13, p. 7-27, 1994. Disponível em: <<http://www.mirelberger.com.br/download/td13-guita.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014.

GODÓI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2012.

LAVELL, A. Ciencias sociales y desastres naturales em America Latina: um encuentro inconcluso. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres em América Latina, 1993. p. 111-127.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

OTANI, J. Older people in natural disasters. kyoto, japan and victoria, australia: Kyoto University Press and Trans Pacific Press, 2010. 176 p. Resenha de: WHITTINGTON, F. J. A timely recovery for literature on disasters and older adults. **The Gerontologist**, v. 51, n. 1, p. 132-137, 2010a.

OLIVER-SMITH, A. Global changes and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Org.). **What is a disaster?: perspective on the question**. London and New York: Routledge, 1998. p. 1-7.

PAVARINI, S. C. I. et al. Idoso, direito e cidadania no Brasil: que história é essa?. In: VALENCIO, N. (Org.). **Caminhos da cidadania**. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

POLLAK, M. I. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **Formulário de avaliação de danos**. 2010. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/ged/SP-A-3550001-12302-100101.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

- SARTORI, J. Memória e práticas sociais de idosos em torno do tema dos raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. v. 3. São Carlos: RiMa, 2012. p. 62-82.
- THORNBURG, A.; KNOTTNERUS, J. D.; WEBB, G. R. Disaster and deritualization: a re-interpretation of findings from early disaster research. **The Social Science Journal**, v. 44, n. 1, p. 161-166, 2007.
- TONER, J. A.; MIERSWA, T. M.; HOWE, J. L. Geriatric mental health disaster and emergency preparedness. New York: Springer, 2010. Resenha de: WHITTINGTON, F.J. A timely recovery for literature on disasters and older adults. **The Gerontologist**, v. 51, n. 1, p. 132-137, 2010b.
- VALENCIO, N. F. L. S. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. v. 3. São Carlos: RiMa, 2012.
- VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: LASCHEFSKI, A. Z. K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 439-462.